

**HABEAS CORPUS Nº 564.984 - BA (2020/0055967-8)**

**RELATOR** : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
**IMPETRANTE** : THAYNA SANTOS COSTA E OUTRO  
**ADVOGADO** : THAYNA SANTOS COSTA - BA050969  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA  
**PACIENTE** : WANDERSON SANTOS MACHADO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

**DECISÃO**

**WANDERSON SANTOS MACHADO** alega sofrer coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado da Bahia**, que denegou o HC n. 8000519-23.2020.8.05.0000.

Busca-se, por meio deste *writ*, seja **revogada a custódia preventiva** do paciente (mantida por ocasião da decisão de pronúncia), seja por ausência de quaisquer dos fundamentos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, seja por **excesso de prazo** na tramitação do feito, pois teria sido preso no ano de 2014.

A liminar foi indeferida e, prestadas as informações (fls. 684-685), o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ*.

**Decido.**

Depreende-se dos autos que, em 16/12/2014, foi decretada a prisão preventiva do paciente pela prática do delito descrito no art. 121, § 2º, IV, do Código Penal, porquanto deflagrou tiros contra duas vítimas, ocasionando suas mortes.

A denúncia foi oferecida em 25/2/2015 e recebida em 26/11/2015, oportunidade em que foi determinada a citação do réu para apresentar defesa prévia. Como o paciente estava custodiado no Conjunto Penal de Serrinha, foi expedida carta precatória, cumprida em 4/9/2017. A Defensoria Pública apresentou defesa em 22/8/2018.

A instrução processual foi encerrada em 6/2/2019 e, apresentadas as alegações finais da defesa e do Ministério Público, o paciente foi pronunciado, em 13/1/2020, como incurso nos art. 121, § 2º, IV, do Código Penal.

Quanto ao aventado **excesso de prazo**, a Corte local considerou que "na Ação Penal a que responde o Paciente **são apurados dois homicídios, houve a dificuldade de citação do Réu, expedição de carta precatória, bem como a impossibilidade de realização de audiência em razão da não localização de testemunhas**" (fl. 537, grifei).

E, concluiu o Desembargador que, "mesmo que, a grosso modo, se reconheça que o feito não tenha tramitado de maneira mais célere, a essa altura, **com a Pronúncia prolatada em 13.01.2020, descabe maiores incursões acerca da existência de eventual excesso de prazo**, uma vez que, estando o Réu pronunciado, ainda que possa ter ocorrido certa morosidade na marcha processual, resta superada a alegação de excesso de prazo, conforme o enunciado da Súmula 21 do STJ" (fl. 538, grifei).

Portanto, considerando, sobretudo, já haver sido proferida decisão de pronúncia, a atrair, portanto, a incidência do enunciado da Súmula n. 21 do Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual, "pronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução", não é o caso de reconhecer, por ora, o excesso de prazo. Ilustrativamente:

[...] 4. Nesse contexto, **tendo a instrução processual da primeira fase do Júri sido encerrada e os pacientes pronunciados, incide na hipótese o disposto na Súmula 21 desta Corte Superior** que assim dispõe: "pronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução." [...] (HC n. 533.340/PR, Rel. Ministro **Ribeiro Dantas**, 5ª T., DJe 19/12/2019, sublinhei).

[...]

2. Na espécie, a despeito de o paciente estar custodiado há cerca de 3 anos, **trata-se de ação penal que apura a prática de dois crimes, quais sejam, homicídio qualificado e corrupção de menor, e já foi prolatada decisão de pronúncia - o que atrai, inclusive, a incidência do enunciado 21 da Súmula desta Casa - e, ao que tudo indica, o feito aguarda apenas a designação de data para a realização do julgamento perante o Tribunal do Júri** [...] (HC n. 485.511/ES, Rel. Ministro **Antonio Saldanha Palheiro**, 6ª T., DJe 19/12/2019, destaquei).

No que tange à apontada **ausência dos fundamentos ensejadores da custódia preventiva**, o Juiz de primeiro grau, ao proferir a sentença de pronúncia, não concedeu o direito do réu recorrer em liberdade, "em face da inequívoca gravidade dos delitos por ele praticado, já que **responde pela prática de outros crimes dolosos contra a vida nesta Vara do Júri, inclusive, já foi pronunciado nos autos de nº 0313757-73.2013.8.05.0080, em face do homicídio perpetrado contra a vítima L. C. L.**" (fl. 68, grifei).

Ainda, ao prestar informações à Corte de origem, o Magistrado salientou (fl. 537, grifei):

Em 13/01/2020 o Paciente foi pronunciado como incurso na norma incriminadora prevista no art. 121, § 2º, inciso IV, do Código Penal, não lhe sendo permitido recorrer em liberdade, uma vez que **o Paciente é acusado da prática de diversos crimes de homicídio na cidade de Feira de Santana e por constar que é integrante de uma das facções criminosas que aqui atuam**, não se olvidando de que quando estava em liberdade atuava com crueldade, inclusive **foi pronunciado recentemente pela prática de outro homicídio, onde teria arrancado a cabeça da vítima, ainda quando ela estava viva e mandou depositá-la na porta da casa dos seu genitores, sem antes de mostrá-la como troféu pelo bairro onde atuava, impondo medo e terror a todos que presenciaram a dantesca cena, bradando em tom de ameaça, que era aquilo que ele faria com os supostos traidores.**

A prisão preventiva é compatível com a presunção de não culpabilidade do acusado desde que não assuma natureza de antecipação da pena e não decorra, automaticamente, da natureza abstrata do crime ou do ato processual praticado (art. 313, § 2º, CPP). Além disso, a decisão judicial deve apoiar-se em motivos e fundamentos concretos, relativos a fatos novos ou contemporâneos, dos quais se se possa extrair o perigo que a liberdade plena do investigado ou réu representa para os meios ou os fins do processo penal (arts. 312 e 315 do CPP).

Na hipótese, **são idôneos os motivos** apontados para manter a prisão preventiva do réu, pois evidenciam o **risco de reiteração delitiva, visto que o acusado responde a outras ações penais pela suposta prática**

**de delitos de mesma natureza**, circunstâncias suficientes, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, para justificar a custódia cautelar. A propósito, *mutatis mutandis*:

[...]

2. O decreto preventivo fundamentado em anotações de atos infracionais, no caso, mostra-se válido na projeção do vetor da ordem pública, segundo juízo prospectivo de reiteração delitiva.

3. Segundo reiteradas manifestações deste Superior Tribunal, **a existência de inquéritos, ações penais em curso, anotações pela prática de atos infracionais ou condenações definitivas denotam o risco de reiteração delitiva e, assim, constituem fundamentação idônea a justificar a segregação cautelar**. Precedentes do STJ.

[...]

7. Recurso ordinário desprovido.

(RHC n. 106.326/MG, Rel. Ministra Laurita Vaz, 6ª T., DJe 24/4/2019, grifei)

Concluo, então, haver sido **demonstrada a exigência cautelar** justificadora da prisão preventiva do réu.

No tocante ao pedido de expedição de alvará de soltura, em razão da pandemia do Covid-19 (fls. 699-706), constato que **o tema não foi levado à apreciação das instâncias ordinárias**, o que impede a sua análise diretamente por esta Corte Superior, sob pena de incidir em indevida supressão de instância.

À vista do exposto, **denego a ordem**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**